

## **INDÍCIOS DE CIRCULAÇÃO DO “LIVRO DO POVO” DE ANTONIO MARQUES RODRIGUES**

ODALEIA ALVES DA COSTA (UNIVERSIDADE DE SAO PAULO).

### **Resumo**

O “Livro do Povo” de Antonio Marques Rodrigues, foi impresso pela Tipografia do Frias e sua primeira edição data de 1861, com 208 páginas e uma tiragem de 4.000 exemplares. Com apenas 4 anos após a primeira tiragem já se contava com 16.000 exemplares. Outro fato notório, para a época, em relação ao “Livro do Povo”, é que a obra era ilustrada com um grande número de gravuras. Hoje os centros de produção de livros didáticos no Brasil estão localizados na Região Sudeste, porém no final do século XIX, as tipografias e gráficas mais importantes estavam no Maranhão, Pará e Pernambuco. O “Livro do Povo” circulou não apenas no Maranhão, mas em muitas províncias brasileiras naquele período. Para ilustrar a circulação deste livro, tomamos como exemplo, a Província de Pernambuco. O Relatório de Instrução Pública nº 45, p. 58, registra: “O Conselho Director da Instrução Pública, a quem foi presente o livro impresso no Maranhão em 1862, intitulado do Povo, ou vida de N. Senhor Jesus Christo para ser adoptado como compêndio de leitura nas escolas primárias da Província, aprovou com cópia, e com a qual me conformo rogando a V. Ex<sup>a</sup> se digne de dar a sua confirmação na forma do art. 3º & 4º da lei nº 369 de 14 de maio de 1855”. Faz-se necessário ressaltar que o “Livro do Povo” apesar de sua grande tiragem para a época, não encontramos nenhum em nenhuma biblioteca pública brasileira sequer, um exemplar do mesmo. No entanto, na British Library, na Inglaterra, existe um exemplar da 4ª edição do “Livro do Povo”. Dessa forma, pretendemos dar continuidade a esta pesquisa, investigando os indícios de circulação do “Livro do Povo” no Brasil e também fora daqui.

### **Palavras-chave:**

livro, circulação, leitura.

### **RESUMO**

O "Livro do Povo" de Antonio Marques Rodrigues, foi impresso pela Tipografia do Frias e sua primeira edição data de 1861, com 208 páginas e uma tiragem de 4.000 exemplares. Com apenas 4 anos após a primeira tiragem já se contava com 16.000 exemplares. Outro fato notório, para a época, em relação ao "Livro do Povo", é que a obra era ilustrada com um grande número de gravuras. Hoje os centros de produção de livros didáticos no Brasil estão localizados na Região Sudeste, porém no final do século XIX, as tipografias e gráficas mais importantes estavam no Maranhão, Pará e Pernambuco. O "Livro do Povo" circulou não apenas no Maranhão, mas em muitas províncias brasileiras naquele período. Para ilustrar a circulação deste livro, tomamos como exemplo, a Província de Pernambuco. O Relatório de Instrução Pública nº 45, p. 58, registra: "O Conselho Director da Instrução Pública, a quem foi presente o livro impresso no Maranhão em 1862, intitulado do Povo, ou vida de N. Senhor Jesus Christo para ser adoptado como compêndio de leitura nas escolas primárias da Província, aprovou com cópia, e com a qual me conformo rogando a V. Ex<sup>a</sup> se digne de dar a sua confirmação na forma do art. 3º & 4º da lei nº 369 de 14 de maio de 1855". Faz-se necessário ressaltar que o "Livro do Povo" apesar de sua grande tiragem para a época, não encontramos em nenhuma biblioteca pública brasileira sequer, um exemplar do mesmo. No entanto, na British Library, na Inglaterra, existe um exemplar da 4ª edição do "Livro do Povo". Dessa forma, pretendemos dar continuidade a esta

pesquisa, investigando os indícios de circulação do "Livro do Povo" no Brasil e também fora daqui.

Palavras-chave: Livro. Circulação. Leitura.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde algum tempo, em leituras que vimos realizando na área de história da educação, sobre os livros didáticos, não é incomum encontrar referências à efervescência da produção didática na província maranhense. Haja vista a afirmação de Lopes e Galvão (2005, p. 42):

Sabe-se também, para tomarmos outro exemplo, que estados como Maranhão, Pará ou Pernambuco tiveram, no século XIX, um papel fundamental na edição de livros e, anteriormente a esse período, na circulação e apropriação dos objetos de leitura que vinham da Europa, diferentemente de hoje quando os centros de produção são outros.

Na tese de doutorado de Circe Maria Fernandes Bittencourt, no capítulo 2 ao tratar do "*Estado e editoras: confecção e difusão da produção didática*", a autora situa a Província do Maranhão nesta produção.

Um terceiro dado que se obtém do Catálogo refere-se à questão do lugar da produção didática nacional, concentrada na capital do Império. O Rio de Janeiro foi o local onde se instalaram as maiores editoras e onde encontravam-se várias outras pequenas e desconhecidas, mas responsáveis pela produção de aproximadamente 20% do total de títulos. A sede do Império pelo inventário de 1885, atingiu 73,3% da produção de livros escolares. Fora da capital do Império o número de obras corresponde a 82 títulos dos quais 44 são de editoras estrangeiras e o restante de algumas de nossas províncias: São Paulo (5), Bahia (4), Rio Grande do Sul (12), Maranhão (3), Pará e Amazonas (8). (BITTENCOURT, 1993, p. 92).

Segundo Laurence Hallewell, em sua obra *O livro no Brasil*, na Província do Maranhão, destacaram-se dois editores: José Maria Corrêa de Frias e Belarmino de Mattos. Estes editores, também, foram assim referendados:

Dos trabalhos impressos pelos dois mais importantes editores maranhenses, Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, destacaram-se as obras didáticas para as escolas elementar e secundária. Uma delas, publicada por Frias logo no início de seu ofício foi *O livro do povo* de Antonio Marques Rodrigues, em uma primeira edição em 1861 com 4.000 exemplares, alcançou em poucos anos, uma tiragem de mais de quarenta mil exemplares e foi lida, com suas mais de duzentas páginas ilustradas e muito "bem impressas" por "sucessivas gerações de crianças brasileiras, particularmente no nordeste". (ARROYO, 1968, p. 169).

O próprio José Maria Corrêa de Frias, na obra *Memória sobre a tipografia maranhense*, com primeira edição no ano de 1866, faz referência ao *Livro do povo*.

Até 1861 as maiores edições que se fizeram no Maranhão eram de mil exemplares e essas muito poucas. O Sr. Dr. Antônio Marques Rodrigues é que veio abrir o caminho às grandes edições com seu inestimável ***Livro do povo***.

Criar no povo o gosto pela leitura, pela barateza do livro, era o pensamento do Dr. Marques Rodrigues. Para o conseguir era essencial que o tipógrafo o coadjuvasse, senão expondo-se como ele a perder, pelo menos a ter o menor ganho que fosse possível.

Incumbi-me dessas edições e pela primeira vez se viu no Brasil um livro publicado no Império contendo 208 páginas e vendendo-se por 320 rs.! E tão bem recebida foi esta completa novidade que vendendo-se hoje por 500 réis, por ter recebido aumento de páginas e sido ilustrado com grande número de gravuras, conta quatro edições que tem extraído 16.000 exemplares em 4 anos, e vai entrar na quinta que é de 10.000 exemplares, ornada com cerca de 110 estampas.

Dos 16.000 exemplares, 4.000 foram tirados em prelo e braço, com todos os óbices, embaraços, e grandes despesas deste sistema. Para se vender, por conseqüência, o livro por tal preço, é para ver que o lucro do impressor é ridículo e o autor será feliz se não entrar pelo lucro do capital. (FRIAS, 1978, p. 38-39).

Diante do exposto, elencamos nossa questão de pesquisa:

- Como/por que o autor e o tipógrafo publicaram esse livro nesse período?

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Fundamentação teórica**

Alguns artigos fundamentam o nosso trabalho. A exemplo: "A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista" de Ana Maria de Oliveira Galvão; "Indispensáveis em todos os lares!" Educação, saúde e ciência nas edições populares da primeira metade do século XX, de Maria das Graças Sandi Magalhães e Heloísa Helena Pimenta Rocha.

### **2.2 Resultados**

Domingos de Castro Perdigão, diretor da Biblioteca Pública do Maranhão, publicou pela Imprensa Oficial em 1922 um catálogo "O que se deve ler". Eis a sugestão do autor: "Devem ler em primeiro lugar livros de escriptores patricios, sobre assumptos locais e de fácil compreensão, depois ler, no mesmo gênero, todos os escriptores nacionaes." (PERDIGÃO, 1922, p. 9).

Assim prossegue Perdigão (1922):

Deveis ler em primeiro lugar os de escriptores maranhenses e aqui publicados, taes como: "O Livro do Povo", do nosso illustre patricio Dr. Antonio Marques Rodrigues, que foi inspector da Instrucção Publica da nossa antiga provincia; trabalho, naquelle tempo, adoptado nos estabelecimentos de instrucção primaria desta e das provincias de - Piauhy e Pará, de 1864 a 1881.

Deste livro, que veio preencher uma lacuna no ensino primário, tiraram-se, em menos de dois anos, 10.000 exemplares em duas edições, que foram as maiores até então impressas no Maranhão. É um trabalho consciencioso e de leitura fácil onde o nosso inolvidável conterrâneo reuniu uma grande soma de conhecimentos humanos, próprios para instruir moral e intellectualmente a mocidade. (PERDIGÃO, 1922, p. 10-11)

Como vimos, no trecho acima, "O Livro do Povo" foi marcante na história da imprensa do Maranhão, tanto pela sua tiragem, tanto quanto pela sua utilização em várias províncias do Brasil.

Além do Maranhão, Piauí e Pará, "O Livro do Povo" foi adotado na província de Pernambuco, conforme relatório da Directoria Geral da Instrucção Publica, nº 45, p. 58, que passo a transcrever:

O Conselho Director da Instrucção Pública, a quem foi presente o livro impresso no Maranhão em 1862, intitulado do Povo, ou vida de N. Senhor Jesus Christo para ser adoptado como compêndio de leitura nas escolas primárias da Província, approvou com copia, e com a qual me conformo rogando a V. Ex<sup>a</sup> se digne de dar a sua confirmação na forma do art. 3º & 4º da lei nº 369 de 14 de maio de 1855. Domingos de Souza Leão - presidente da província.

*Directoria Geral da Instrucção Publica , p. 59*

*A Comissão encarregada de dar o seu parecer sobre a publicação que tem como título: Livro do Povo pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues de Maranhão ali na Typografia de Frias leu com o maior escrúpulo esta útil colleção de textos de máximas de specimens zoológicas e de leis de Hygiene e entende que dos livros que actualmente são dados para a leitura em nossas escolas primarias, é este em verdade um dos que reúne mais são e variadas substância compondo um pequeno banquete de todos os dias no qual os meninos, com o singello e castigado da dicção teem de digerir fácil alimento que se lhe offerece e conserva para sempre no espirito o danto aroma destas primeiras iguarias às quaes hão de devir os frutos de benção que a virilidade produzir.*

*E depois a vantagem da excelente escolha, se acrescentar a modicidade do preço, com que o autor manda que se venda cada exemplar (320 reis) além dos que com abundancia haja feito distribuir gratuitamente: parece a Comissão que a idéia prática de Dr. Antonio Marques Rodrigues é uma obra humanitária, digna de grande louvor, e conclue propondo:*

*Que o Livro do Povo seja adoptada como compendio de leitura em todas as escolas primaria da Província e que o Conselho se esforce em propagal-o em todo o Brasil, pelos meios que tiveram a sua disposição.*

*Sala das Sessões de Conselho Director da Instrucção Publica de Pernambuco, 20 de novembro de 1863. José Soares d'Azevedo = Dr. Braz Florentino Henrique de Souza = Antonio Rangel de Torres Bandeira.*

*O Secretário*

*Conforme*

*Salvador Henrique de Albuquerque*

Do que trata o Livro do Povo? O referido livro é composto por duas partes: a primeira - Vida de N. S. Jesus Christo está composta por cinco capítulos, a saber:

Capítulo 1º - Nascimento de nosso Divino Salvador - Sua infância e vida occulta até seu ministerio publico

Capítulo 2º - Pregação e baptismo de S. João - Jesus dispõe-se para o seu ministerio publico

Capítulo 3º - Continuação do ministerio publico de Jesus Christo desde a segunda até a terceira páscoa

Capítulo 4º - Paixão, morte e sepultura de Jesus

Capítulo 5º - Depois da ressurreição de Jesus Christo até a sua ascensão; e vinda do Espírito Santo

A segunda parte do Livro do Povo - **ASSUMPTOS DIVERSOS** - contém os seguintes itens:

O VIGARIO

*FABULAS*

*O BOM HOMEM RICARDO*

*QUADRUPEDES UTEIS*

*O PROFESSOR PRIMARIO*

Hymno do trabalho

*MORAL PRÁTICA*

*EVANGELHO DE LAVRADORES*

*QUADRUPEDES UTEIS II*

*SIMÃO DE NANTUA*

*MAXIMAS E SENTENÇAS*

*DA HYGIENE*

*RECEITAS NECESSARIAS*

*O BRAZIL*

## **2.4 Discussão**

Por que um livro de leitura com 256 páginas dedicaria 134 delas a propagação dos Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João?

Havia, [...] uma específica orientação de enfatizar o processo de leitura escolar baseado nos textos de caráter religioso, com a determinação do art. 47, da Reforma Couto Ferraz, que indicava "a leitura explicada dos Evangelhos e a notícia da historia sagrada" (BRASIL, 1854, p. 55 *apud* TAMBARA, 2003, p. 101).

Além dessa determinação oficial do ensino dos Evangelhos nas escolas, os livros de leitura para serem adotados nas escolas precisavam de um parecer de uma autoridade religiosa, uma espécie de comitê científico, que analisava as produções e indicava-as ou não para serem adotadas nas escolas.

Com O LIVRO DO POVO o processo não foi diferente, além de um longo currículo do autor na folha de rosto, que lhe deu direito a expressão "etc" 3 vezes, o livro conta com o parecer de Dom Manoel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia[2]. Assim dita o referido parecer:

Tendo lido com a maior atenção o *Livro do Povo*, que sujeitou ao nosso exame o seu Autor o Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues, achamos, que este livro corresponde perfeitamente ao seu título; e não encontrando n'elle cousa alguma contra a doutrina da Santa Igreja, e os bons costumes, o approvamos: e felicitamos ao seu digno Autor pelo empenho, que tomou, em publicar uma obra tão útil, e da qual podem resultar não poucos bens ao Povo Brasileiro.

Bahia 5 de maio de 1863.

\* MANOEL, Arcebispo da Bahia. (RODRIGUES, 1865, p. 9).

Este mesmo livro contou ainda com o parecer de D. Fr. Caetano Brandão, Arcebispo de Braga[3], com o parecer de Luiz, Bispo do Maranhão, datado no Paço Episcopal em 21 de julho de 1863.

Denominam-se prefácios todos os discursos liminares produzidos a propósito de determinado texto. Os vínculos sistemáticos, históricos e contextuais com o impresso converteram os prefácios em preciosas fontes de pesquisa na história do livro nos mais variados gêneros da cultura escrita. (VIEIRA, 2008, p. 4).

A adoção de um livro didático nas escolas primárias de uma determinada província passa por toda essa seleção: autoria, editoração, indicações no prefácio, preço.

Quanto ao preço, vários documentos, ressaltam o pequeno valor cobrado pela primeira edição do LIVRO DO POVO, \$ 320, quando comparado a quantidade de páginas e ilustrações que o mesmo continha. No ano de 1866, a quinta edição do LIVRO DO POVO saía por 800 rs, e o livro de GIL BRAZ DE SANTILHANA, nova edição, 1 vol: Preço 3\$000 rs. (ALMANAK DO POVO PARA 1867, 1867, p. 68).

Nota-se que o Estado procurou plasmar juridicamente, sempre que possível, seu papel determinante na utilização do livro escolar. Isto pode ser observado no Decreto n. 9397 de 07 de março de 1885 que "Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primário e da outras providencias" que estabelece em seu art. 1º. "Nenhum livro, mappa ou objeto de ensino será adoptado nas escolas publicas sem prévia approvação do Ministro do Império, ouvido o Conselho Director, que dará parecer fundamentado. A adopção dos livros

ou compêndios que contenham matéria do ensino religioso, precederá também a aprovação do Bispo Diocesano, na forma do art. 56 do Regulamento anexo ao Decreto n. 1331 A de 17 de Fevereiro de 1854". (BRASIL, 1886: 329 *apud* TAMBARA, 2002, p. 37).

Dessa forma, a publicação do LIVRO DO POVO, estava conectada com a legislação em vigor no Brasil naquele período e, além disso, o próprio título era uma tendência internacional. Como vemos a seguir:

No Real Gabinete Português de Leitura, existem três publicações com esse mesmo título:

- 1) LAMENNAIS 1. **O livro do povo**. Lisboa: Imp. de E. J. da Costa Sanches, 1839.
- 2) ABBADE LA, Mennais. **O livro do povo**. S. I.: S. N., 1839.
- 3) BAPTISTA, Antonio Maria. **O livro do povo ou exercícios de leitura para as escolas e para as famílias**. Lisboa: Typ. de J. J. de Carvalho, 1860.

Na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, também encontramos outra publicação com o título o LIVRO DO POVO. Desta vez, é a publicação de um brasileiro, natural de Santo Amaro no Recôncavo Baiano.

\* DEIRO, Pedro Eunapio da Silva. **Livro do povo**: primeiras páginas. S. I.: S.N., 186-.

### 3 CONCLUSÃO

Assim como nos dias de hoje, os livros didáticos são publicados com a tarja "De acordo com os PCNs" (Parâmetros Curriculares Nacionais), o LIVRO DO POVO, publicado no final do século XIX, na província do Maranhão, pela Typografia do Frias, estava antenado com os títulos das publicações da metrópole e com a legislação em vigor do Brasil.

A que podemos atribuir o sucesso editorial do LIVRO DO POVO? Além do preço módico, como já mencionamos, temos também a questão religiosa.

Sabe-se que a Igreja Católica perdeu, pelo menos do ponto de vista jurídico, a sua hegemonia sobre o ensino no Brasil, com a proclamação da República em 1889, sendo confirmada a laicização do ensino público com a promulgação da Constituição em 1891.

Logo, entre 1861 (data da primeira edição do LIVRO DO POVO) e 1867 (data da quinta edição deste mesmo livro) o ensino no Brasil ainda era hegemônico nas mãos da Igreja Católica e o LIVRO DO POVO contava com o aval dos principais bispos do Brasil e até mesmo no bispo de Braga em Portugal.

Cabe-nos investigar, *a posteriori*, porque o LIVRO DO POVO, apesar de sua ampla tiragem e circulação pelas províncias brasileiras não restou sequer um exemplar do mesmo nas bibliotecas públicas brasileiras?

## REFERÊNCIAS

ALMANAK DO POVO PARA 1867, 1º ano, São Luiz do Maranhão: J. M. C. de FRIAS, 1867.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**. 1993. 369 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

FRIAS, J.M.C. de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista**. In: 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG, 16 a 19 de outubro de 2005. Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2009.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **"Indispensáveis em todos os lares!"** Educação, saúde e ciência nas edições populares da primeira metade do século XX. In: Anais do II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, Rio de Janeiro e Niterói, 11 a 15 de maio de 2009. Disponível em: <  
[http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii\\_pdf/Maria\\_das\\_Gracas.pdf](http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Maria_das_Gracas.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2009.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. O que se deve ler: vade-mecum bibliographico. S. Luiz do Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

PERNAMBUCO. **Directoria Geral da Instrução Pública**. Série Instrução Pública (IP 16). Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Manuscritos).

RODRIGUES, Antonio Marques. **O livro do povo**. 4. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1865.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Livros escolares e ensino de leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)**. Pelotas: Seiva, 2003, p. 95-116.

\_\_\_\_\_. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação (ASPHE)**. Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, 2002.

VIEIRA, Cleber Santos. **Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e os impressos escolares no Brasil republicano**. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

---

[1] Doutoranda em Educação pela USP. Linha de pesquisa: História da Educação e Historiografia. Apoio financeiro: FAPEMA

[2] Primeira capital do Brasil de 1549 a 1763.

[3] Braga é a mais antiga cidade portuguesa e uma das cidades cristãs mais antigas do mundo.